

O governo não está interessado

O crescimento da economia brasileira dependerá amplamente, nos próximos anos, da mudança do sistema tributário. Empresários de todos os setores, sindicalistas e economistas têm repetido essa afirmação exaustivamente – e mesmo o Executivo federal sustentou essa tese durante algum tempo. Apesar de tudo, apesar das aparências em contrário, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso vem tratando o assunto com evidente desinteresse. Essa atitude se tornou mais ostensiva neste ano, quando o presidente, numa entrevista ao **Estado**, mencionou a mudança tributária como dependente da reforma política. Agora, oficialmente, a reforma é prioridade do governo. Mas, na verdade, o desinteresse por ela é o mesmo de antes e transparece na proposta anunciada pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Essa proposta se refere apenas à tributação federal e é ilusoriamente conciliadora. O secretário defende a criação de um imposto mínimo para as empresas, destinado a combater a evasão fiscal, e de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), para substituir três tributos cobrados pela União.

A reforma estava empacada, até agora,

por causa de um impasse entre governadores, parlamentares e governo federal. Até julho, a comissão da reforma vinha desenvolvendo, na Câmara dos Deputados, um trabalho aparentemente bem articulado. Havia divergências, mas, de modo geral, as idéias eram orientadas para uma alteração muito ampla do sistema de impostos e contribuições. Uma diretriz básica era adaptar a tributação brasileira às condições de uma economia aberta, envolvida em forte competição e defrontada com novas dificuldades para a criação de empregos. Eram propostas modernas num aspecto bem definido: um de seus objetivos centrais era adequar o sistema brasileiro às condições da nova economia mundial. Procurava-se atender, também, a importantes objetivos internos. Um deles era a eliminação da guerra fiscal, um expediente cada vez mais custoso e ineficiente.

O quadro mudou com o primeiro trabalho esboçado pelo relator da comissão, deputado Mussa Demes. Sua versão foi uma tentativa de conciliar vários interesses políticos – e a qua-



lidade do seu projeto começou a ficar comprometida.

Os problemas da comissão, nesse momento, refletiam nitidamente a falta de uma liderança. O presidente da Câmara, deputado Michel Temer, como afirma em artigo publicado no **Estado** de sexta-feira, “elegeu a reforma tributária como prioridade” da Casa que preside. É uma atitude louvável, mas para que a reforma caminhe é preciso que essa

liderança seja exercida pelo governo federal. Dele deveria ter partido uma proposta básica, bem articulada e consistente, com as qualidades necessárias para dar um rumo aos trabalhos. Além disso, sem tolher a atividade parlamentar, o Executivo deveria acompanhar os trabalhos muito de perto, negociando e ajudando a manter um forte sentido de direção. Nada disso está sendo feito. A equipe do presidente, mais interessada em garantir o aumento da arrecadação neste e nos dois próximos anos, foi quase sempre omissa. O trabalho do interlocutor nomeado pelo presidente, o secretário da Receita, foi discreto e pouco empenhado.

Agora, com o governo pressionado pela Câmara dos Deputados, ele apresenta uma proposta aparentemente conciliadora porque só se refere a impostos federais. Mas essa orientação, longe de ser conciliadora, é apenas mais um sintoma de uma grave omissão. O sistema tributário é um só e os autores da reforma devem preocupar-se com sua consistência. Não se deve modificar o sistema, no Brasil, apenas para garantir as condições de arrecadação dos vários níveis político-administrativos. Trata-se de ajustar o conjunto aos objetivos de transformação e de crescimento.

O governo põe em risco o crescimento, ao desprezar a reforma tributária

–
crescimento. A proposta do secretário da Receita descuida desses objetivos mais amplos. A reforma continua, portanto, empacada, com um relatório inconsistente e insuficiente e com o Executivo federal tratando o assunto com mal disfarçado desprezo. Este é mais um motivo de preocupação – e dos mais sérios – para quem vai depender de oportunidades de emprego nos próximos anos.